Desigualdades e exclusões sociais: olhares sociológicos cruzados

Manuel Carlos Silva*

Para muitos os termos "desigualdades e exclusões sociais" como título deste texto introdutório à temática das desigualdades sociais pode parecer redundante, dado que, pelo menos em parte, os seus significados e conteúdos conceptuais se sobrepõem e para alguns trata-se de conceitos sinónimos. Se desigualdades sociais pressupõem um desigual poder de disposição ou controlo sobre bens e serviços, recursos e recompensas, as exclusões remetem a mesma ideia na sua face negativa, de privação, de afastamento face a bens e direitos por razões de competitividade, por estratégias de fechamento e tendência ao controlo hegemónico ou mesmo monopolístico desses recursos e recompensas por parte doutrem. Assim, por exclusão social entende-se, em regra, a situação de não inclusão, de não-inserção e ou de não integração de indivíduos ou grupos sociais no acesso ao gozo de determinados direitos, desde os cívico-políticos, passando pelos sociais, até aos direitos económicos. Ou seja, exclusão situar-se-á nos antípodas do conceito de cidadania.

Entre nós há autores como Santos (1995, 1995a) que, subscrevendo a distinção analítica entre desigualdade e exclusão, consideram a desigualdade e a exclusão como inerentes à actual sociedade moderna; porém, ambas seriam consensualmente reconhecidas e classificadas, pelo menos ao nível da retórica, como "não legítimas". Se é certo que certas teorias, desde o próprio Rousseau (1995) e demais autores iluministas, puseram em causa a crença na 'divina' ou 'natural' hierarquia das classes, raças ou géneros e se, por outro lado, algumas teorias neo-institucionais reformadoras, assumindo, pelo menos no plano discursivo, a defesa da igualdade de oportunidades, consideram como disfuncionais e até ilegítimas certas formas de desigualdade e exclusão sociais, outras há – aliás ainda bem fundas – para as quais a desigualdade social, nomeadamente a própria estratificação social, é algo naturalizado, intrínseco a qualquer sociedade, inevitável e, portanto, teórica e socialmente legítima. Aliás, esta concepção, além de perpassar o senso comum, constitui a base 'teórica' justificativa do *statu quo* e da consequente refutação, por parte quer de (neo)liberais quer de social-democratas, de qualquer veleidade utópica, igualitária, socialista. Basta para tal fazer

* Director do Núcleo de Estudos em Sociologia, Universidade do Minho.

uma breve incursão nos teóricos da estratificação de raiz sobretudo americana como Parsons (1967), Davis e Moore (1972), para quem determinadas funções, exigindo maior talento herdado ou adquirido, devem ser premiadas e melhor recompensadas que outras de menor importância ou valor, pelas quais os seus agentes, por incapacidade ou incompetência, devem ser penalizados. Nesta óptica, as desigualdades sociais são vistas e proclamadas não só como inevitáveis mas também como funcionais e positivas para a sociedade.

Cristalinamente transparentes, tais teorias estruturo-funcionais e quase social-darwinistas ainda não desapareceram do mapa teórico-ideológico, social e mesmo estatal e retornam de modo recorrente, sobretudo e quando as crises sociais e económicas se agudizam ou a competitividade entre empresas ou entre instituições emerge. Mais, não só as práticas como as próprias retóricas em torno da modernização e da competitividade, amiúde presentes no discurso político e até retraduzidas em certas leis, assumem, senão tanto a exclusão, pelo menos a desigualdade como um pré-requisito de funcionamento das sociedades modernas, cujas consequências negativas poder-se-ão minorar mas nunca eliminar ou erradicar no quadro do capitalismo. Se, por um lado, como refere Santos (1993), o Estado, sendo a condensação de contradições sociais e económicas e mantendo uma relativa autonomia face à economia e à sociedade, necessita de 'salvar a face' e legitimar-se perante os cidadãos e, portanto, assumir-se contra a exclusão social, por outro não pode deixar de criar as condições necessárias à acumulação do capital e, consequentemente, reproduzir ou até (re)criar desigualdades sociais, velhas ou novas. Por isso, entendo ser imprescindível articular analiticamente exclusão social e desigualdade social. A distinção poder-se-á obviamente fazer, mas não remetendo a desigualdade para a esfera económica e a exclusão para a sociocultural, dado que cada um dos conceitos implica perspectivas multidimensionais. O que importa sublinhar é que os termos desigualdade e exclusão social representam dois níveis diferenciados de abstracção que, embora se possam reforçar mutuamente, pressupõem, seguindo aqui de perto Bader e Benschop (1988), que a desigualdade detenha prioridade analítica sobre a exclusão social. Embora a exclusão recrie e até reforce certas formas de desigualdade, ela própria é, antes de mais, um produto, um corolário do próprio sistema de desigualdades sociais. É este que não só provoca integração subordinada mas também situações de exclusão por afastamento, expulsão ou eliminação do grupo minoritário, do diferente, apresentando-se amiúde as situações de desigualdade com maior grau de sofisticada subtileza e as de exclusão com eventual maior grau de crueldade (*v.g.* o massacre de índios, o nazismo, o *apartheid*). Trata-se contudo de processos que, embora diferenciados, se imbricam e exigem uma perspectiva sintética na relação entre estrutura e acção.

As desigualdades e exclusões sociais têm sido inerentes a diversos tipos de sociedades estratificadas, desigualdades e exclusões que, até à modernidade, eram assumidas como algo de natural ou até emanado da ordem divina. Nas mentalidades dominantes não surgia qualquer objecção política nem mesmo moral sobre as então existentes formas de desigualdade e exclusão social. Seria necessário esperar pela segunda metade do século XVIII para os enciclopedistas e iluministas virem questionar

as convicções naturalizadas ou divinizadas em torno das diversas formas de desigualdade e exclusão social (cf. Bader e Benchop, 1988). Não só as concepções, predominantemente estáticas, provindas das sociedades antigas e medievais em torno do universo e da natureza humana foram abaladas, como as próprias desigualdades sociais viriam a ser postas em causa pelos pensadores iluministas nomeadamente Rousseau (1995), ideias que teriam tido e/ou viriam a ter expressão política, quer na revolução americana em 1776, quer na revolução francesa com a sua tríade paradigmática "liberdade, igualdade, fraternidade". Ambas as Declarações assentam no pressuposto da universalidade da natureza humana e dos seus valores. A natureza de cada homem reporta-se a uma humanidade ideal que está em todos, mas em ninguém em particular. Se é certo que a partir daqui este ideal se torna uma referência fundamental que orienta os movimentos políticos e educativos em vários países e nações emergentes, também é líquido que a igualdade, outrora proclamada no contexto da antifeudal revolução francesa, interessou sobretudo à ascensão da burguesia, tendo-se tornado, em termos formais, um princípio fundamental mas sem tradução política concreta para todos os seres humanos. Enquanto certas classes e grupos – uns emergentes, outros já instalados e reconvertidos – têm conseguido desde então aproveitar as novas condições políticas para firmar ou melhorar as suas posições, outros vêem-se arredados dos recursos, recompensas e privilégios da nova ordem burguesa.[1]

Independentemente de colocar-se com justeza a questão de saber por que é que uns estão em condições de preencher os lugares mais importantes e outros ter-se-ão que contentar com os lugares menos importantes, importa agora relevar que a exclusão social manifesta-se de diversas formas, desde a exclusão na base da etnia e/ou da classe social, passando pelas exclusões na base do género, até às exclusões territoriais e/ou regionais.[2] Por outro lado, a exclusão social ocorre em diversos campos: desde a saúde, passando pela educação e a cultura, até à habitação. Se as exclusões regionais e locais e outras tais como as relativas à saúde, à educação e à cultura têm sido largamente objecto de estudos, já, porém, no campo da habitação elas têm sido menos frequentes.[3]

[1] Há mesmo autores de orientação liberal, tais como Malthus (1990), que chegam a legitimar essa nova ordem de exclusão com base no argumento da carência de recursos para todos os homens: "Um homem que nasce num mundo já possuido pelos outros, quando não pode obter os meios de subsistência dos pais sobre os quais pode ter justas pretensões, e se a sociedade não quer o seu trabalho, não se pode arrogar de nenhum direito à mínima porção de alimentos e não tem motivo para estar onde está. Resta-lhe apenas a exclusão social e a eventual compaixão dos que têm assento no banquete." (Malthus 1990:163).

[2] Como se verá, este número da revista procurará apresentar alguns contributos teóricos e empíricos em torno destas formas de desigualdade e exclusão social. Não podendo agora referir os inúmeros trabalhos sobre pobreza e exclusão social em Portugal, são de referir alguns, nomeadamente sobre as desigualdades de classe: cf. Almeida (1986), Estanque e Mendes (1997), Silva (1998), Sobral (1999); sobre as desigualdades de género, cf. Amâncio (1993), Ferreira (1993), Machado (2002). Para obter dados sobre a situação social em Portugal, cf. Barreto 1996. E sobre as situações de pobreza e exclusão social, cf. M. Silva (1982), Fernandes (1991), Costa (1998), Almeida *et al.* (1992), Capucha (1998). Para uma síntese das teorias sobre exclusão social, cf. Xiberras (1993), embora esta autora incompreensivelmente ignore a tradição marxista.

[3] Sobre as desigualdades regionais e locais, Ferrão (1985); sobre as relativas à saúde, cf. Carapinheiro (1993); sobre a educação e a cultura, cf. Araújo e Stoer (1993), Afonso (1998), Benavente *et al.* (1996), Stoer e Cortezão (1999). A exclusão social na esfera habitacional tem sido analisada e de modo pioneiro noutros países, sendo de referir, entre outros, Cortés (2000) em Espanha.

Nas últimas décadas tem sido dada crescente atenção aos fenómenos da pobreza e da exclusão social, em particular no quadro da União Europeia, tendo passado por várias concepções desde a que define a pobreza como situação resultante da escassez de recursos até uma mais recente que define pobres, em termos relativos, como aqueles "indivíduos ou famílias cujos recursos são tão frágeis que são excluidos dos modos de vida mínimos aceitáveis no Estado-membro no qual vivem" (*in* Strobel 1996: 203). O conceito de pobreza relativa, embora mantendo-se o seu uso em contraponto com o de pobreza absoluta, tem vindo a ser ora substituido ora complementado com um outro conceito – o de exclusão social.

O conceito de exclusão social seria o conceito-chave dum novo e mais recente paradigma. É neste sentido que na União Europeia tem sido propalada uma retórica político-ideológica no sentido de assumir políticas sociais de paridade e nivelamento social, apresentando-se estas com um dos lemas centrais do alegado combate da União Europeia contra a exclusão social. Ora, embora não caiba, no âmbito desta introdução, alongar-me em expor as diversas concepções de sociólogos clássicos e actuais sobre as desigualdades e, em particular, sobre as exclusões sociais, creio ser todavia relevante, em contraponto com alegados novos achados retóricos em voga sobre as políticas de "erradicação da pobreza" ou de combate à exclusão social, sublinhar que o conceito de exclusão social é bem velhinho, tendo sido elaborado e avançado por sociólogos clássicos. Por isso, o conceito de exclusão e outros congéneres relativos ao "estar fora" têm contextualizações, interpretações e alcances diferentes conforme a tradição sociológica em causa, o que tem obviamente implicações analíticas e práticas quanto à abrangência, tipos e formas de exclusão social, obrigando-nos assim a fazer uma breve referência às concepções durkheimiana, weberiana, simmeliana, interaccionista simbólica e, por fim, marxista.

Se Durkheim (1991) situa a exclusão social como fenómeno resultante da divisão forçada do trabalho social e, como tal, como uma forma patológica duma sociedade doente e desprovida de valores e referências morais para alguns dos seus membros, Weber (1978) apresenta um outro ponto de partida que admite a conflitualidade nas suas diversas expressões e formas: económica (classes), social (estatutos), política (partidos), sem deixar de referir outros tipos de conflitos nomeadamente étnicos, religiosos (e no seio de cada religião).

Para Durkheim (1977), a anomia surgiria devido à ausência ou ao enfraquecimento das regras, provocando desregulações sociais propícias à desestruturação e desligamento dos indivíduos e, portanto, à exclusão social e, em casos extremos, à ocorrência do suicídio anómico. A exclusão social afectaria apenas uma parcela de indivíduos, pelo que impor-se-ia restaurar os laços sociais através dos corpos intermédios (família, escola, corporação ou associação). Já, porém, para Weber (1978) a exclusão social seria resultante ora das formas de concorrência e competição nos diversos mercados de trabalho, ora das relações fechadas próprias de certos círculos que monopolizam e/ou restringem o acesso a determinados bens, saberes e funções, ora ainda da desigual atribuição e distribuição de poderes e recompensas pela via político-partidária. Os detentores de certos estatutos sociais tenderiam a limitar o acesso por

outros concorrentes a certos recursos, lugares e recompensas através de determinados mecanismos e características exteriores de cada real ou potencial candidato tais como "a raça, a língua, a religião, o lugar de nascimento, a classe social, o domicílio e que podem bastar para haver lugar à exclusão" (1978: 276).

Num registo de síntese entre a visão durkheimiana e a weberiana, mas mais próximo desta última, o contributo de Simmel (1987) mostra-nos como na análise ora da coesão, ora da exclusão social, este autor toma como ponto de partida as relações entre indivíduos como indicadores não só da formação dos laços sociais como, através do modo como os autóctones se relacionam com os forasteiros, dos processos e da medida de fechamento/exclusão ou de abertura dos primeiros face aos segundos. Na esteira da perspectiva weberiana e simmeliana, também os interaccionistas simbólicos, sobretudo Goffman (1988), contrapondo-se às teorias estrutural-funcionalistas sobre o crime e a delinquência, os estereótipos e estigmas de vária ordem (físicos, de personalidade, tribais), centram-se em torno dos comportamentos ditos desviantes (deficientes, alcoólicos, homossexuais, prostitutas, doentes mentais, toxicodependentes, desempregados). Esta abordagem, que parte dos sentidos ou significados atribuídos pelos actores sociais nas micro-interacções, tem a vantagem de relevar processos e não estados ou atributos dos indivíduos, de levar em linha de conta as percepções, quer dos "normais", quer os dos "desviantes", sendo o 'desvio' visto não como qualidade do indivíduo desviante mas como consequência da interacção entre os transgressores e os ditos normais que reagem negativamente à transgressão. Estes dois olhares, ora se interpenetram e até se sobrepõem, ora se demarcam e até se hostilizam, dando assim lugar à exclusão, à discriminação e à marginalização social.

Já num enfoque mais estrutural, mas não confundível com a perspectiva durkheimiana e, muito menos parsoniana (cf. Parsons 1967, 1988), para Marx (1974) o conceito de exclusão social será entendido de modo diametralmente oposto ao de Durkheim (1977) na medida em que, enquanto este coloca o acento tónico no social mas acaba por assumir a dimensão normativo-valorativa da consciência colectiva como o factor explicativo dos comportamentos sociais, ora normais ora anómicos e patológicos, Marx (1974) assume uma visão mais próxima da weberiana mas estrutural e economicamente mais abrangente na medida em que, na sua perspectiva, nas sociedades, designadamente as capitalistas, serão não só determinados grupos sociais mais desfavorecidos ou vulnerabilizados e afectados pelo processo de mecanização e modernização (os camponeses e artesãos pobres, as famílias monoparentais, minorias étnicas desprovidas, subsídio-dependentes, os sem abrigo, os desqualificados e desempregados), mas também, em maior ou menor grau conforme o grau de exploração, todos os assalariados dependentes que não têm (quase) nenhum controlo dos meios de produção. Os recursos, na sua grande parte, acabam por ser centralizados e monopolizados por uma minoria – a classe burguesa que, composta de diversas fracções (agrária, industrial, comercial e financeira) cresce e se desenvolve à custa da exploração das diversas fracções das classes trabalhadoras: agrícolas, industriais e dos serviços, incluindo também trabalhadores qualificados como médicos ou professores assalariados. A força de trabalho torna-se também uma mercadoria, cujo preço corresponde ao

trabalho socialmente necessário, capaz de assegurar a subsistência do trabalhador e da sua família. As classes dominantes não só detêm o controlo dos meios de produção, mas também dos aparelhos políticos e ideológicos, de modo que as ideias dominantes tendem a ser as ideias e teorias difundidas pelas classes dominantes.

Constituindo a perspectiva weberiana e marxista dois legados teóricos nucleares não só em torno da exclusão como das diversas formas de desigualdades sociais, o seu cruzamento e articulação representam um incontornável eixo para uma superação sintética de dicotomias clássicas em torno da estrutura-acção, permitindo uma base fecunda de compreensão e explicação das diversas formas de desigualdade e exclusão social. O conceito de exclusão e, de modo mais abrangente e abstracto mas heuristicamente fecundo, o de desigualdade implica, senão a eliminação, pelo menos a discriminação ou o afastamento do outro, dando lugar à formação de grupos económicos, sociais e políticos que tendem a limitar a concorrência através da criação de formas hegemónicas ou até monopolistas de controlo de recursos e de fechamento, seja no sentido de usurpação face aos "de cima", seja no fechamento para com os "de baixo".

Sendo apresentada por cada um dos autores a síntese do seu respectivo artigo, posso e devo dispensar-me de o fazer obviamente. Cabe-me todavia salientar a riqueza dos textos no seu conjunto, começando mesmo por destacar a excelência dos primeiros textos mais marcadamente teóricos, seguidos de outros teórico-empíricos, os quais representam no quadro português contributos importantes no avanço do conhecimento nesta área do saber que fez da problemática das desigualdades sociais o lema central do último Congresso da Associação Europeia de Sociologia realizado em Setembro de 2005 em Torun, na Polónia. O marcante tema das desigualdades, sendo uma velha e recorrente questão, continua sempre actual com novos contornos e a necessitar de avanços teóricos, por um lado – o que nos foi proporcionado sobretudo pelos três primeiros textos internacionais de eminentes cientistas sociais – o de Veit Bader, da Universidade de Amesterdão, num trabalho pro-teórico de mapeamento das desigualdades nomeadamente étnicas e de classe; o de Ramón Maiz, da Universidade de Santiago de Compostela, com um texto de síntese em prol dum nacionalismo democrático, superando uma velha dicotomia entre nacionalismo étnico *versus* nacionalismo cívico; e o de Loïc Wacquant, da Universidade da Califórnia, como um importante contributo para compreender a manutenção e o reforço das situações de marginalidade urbana, relevando o papel da política nomeadamente estatal.

Num segundo bloco de relevantes contribuições a nível nacional, este inicia-se com o texto de Engrácia Leandro, da Universidade do Minho, sobre as desigualdades no campo da saúde, com particular e relevante enfoque sobre os imigrantes. Em seguida, já focalizado sobre as classes sociais, Elísio Estanque, da Universidade de Coimbra, mostra-nos com pertinência os impactos da globalização na produção de novos segmentos de sobreclasses e subclasses. Intersectando questões de género e de classe, seguem-se mais dois textos: um de Manuel Carlos Silva, da Universidade do Minho, sobre percursos, origens sociais e condição feminina de trabalhadoras sexuais, mormente brasileiras em Portugal, e um outro de Helena Machado, também da Universidade do Minho, sobre os discursos dos agentes da magistratura em contexto

judicial nomeadamente face a mulheres desprovidas de poder económico, cultural e comunicacional.

Por fim, são apresentados dois textos de recém licenciadas em Serviço Social e Sociologia respectivamente – um de Ana Sofia Leandro analisando, num contexto de Serviço Social sobre a entrega e o encargo de crianças após a separação conjugal; e um outro de Filipa Capelo, cujos resultados recolhidos no âmbito do estágio num bairro social do município algarvio de S. Brás de Alportel, constituiram a base empírica para, com a problematização teórica desenvolvida por Manuel Carlos Silva, seu orientador na Universidade e o contributo de Nelson Dias, seu orientador local na Associação *in Loco*, dar conta duma das formas de desigualdade e exclusão: a territorial conjugada com a socioeconómica.

Em suma, creio que a reflexão teórica aliada a contributos teórico-empíricos neste primeiro número da revista *Configurações* sobre desigualdades sociais representará um valor acrescentado a inúmeros trabalhos já realizados e incitará certamente a outras promissivas publicações.

Referências bibliográficas

AFONSO, Almerindo (1998), *Políticas Educativas e Avaliação Educacionais. Para uma Análise Sociológica da Reforma Educativa em Portugal (1985-1995)*, Braga: Universidade do Minho.

ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, João Ferreira de et al. (1992), *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto: Afrontamento.

ARAÚJO, Helena e STOER, Stephen (1993), *Genealogias nas Escolas: a capacidade de nos surpreender*, Porto: Afrontamento.

BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheden*, Groningen: Wolters Noordhoff.

BARRETO, António et al. (1996), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

BENAVENTE, Ana, ROSA, A., COSTA, A.F. e ÁVILA, P. (1996), *A literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*, Lisboa: Fim do Século.

CAPUCHA, Luís (1998), "Pobreza, exclusão social e marginalidades" *in* J. M. L.Viegas e A. F. Costa (orgs), *Portugal, que modernidade?*: 245-283, Oeiras: Celta.

CARAPINHEIRO, Graça (1993), *Saberes e poderes no hospital*, Porto: Afrontamento.

CORTÉS, Luís (2000), "La vivienda como factor de exclusión en la ciudad" *in Revista de Estudios Sociales y Sociología Aplicada*, 119: 295-312 Documentación Social

COSTA, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva Publicações.

DAVIS, Kingley e MOORE, Wilbert E. [1976 (1945)], "Alguns princípios de estratificação" in O. Velho *et al. (orgs) Estrutura de classes e estratificação social*, 115-132, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

DURKHEIM, Émile (1977), *A divisão do trabalho social*, Lisboa: Presença.

ELIAS, Norbert [1980(1970)], *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Presença.

ESTANQUE, Elísio e MENDES, José Manuel (1997), *Classes e desigualdades sociais em Portugal. Um estudo comparativo*, Porto: Afrontamento.

FERNANDES, António Teixeira (1991), "Formas e mecanismos de exclusão social" *in Sociologia*, 1:9-66, Porto.

FERRÃO, João (1985), "Recomposição social e estruturas regionais de classe (1970-1981)" *in Análise Social*, vol. XXI, 87/88/89: 565-604.

FERREIRA, Virgínia (1993), "Padrões de segregação das mulheres no emprego – uma análise do caso português no quadro europeu" *in* B. S. Santos (org) *Portugal: um retrato singular* :231-257, Porto: Afrontamento.

GOFFMAN, Erving (1988(1963)), *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Rio de Janeiro: Guanabara.

MACHADO, Helena (2002), *Tribunais, Ciência e Direito e Cidadania*, Braga: Universidade do Minho.

MALTHUS, Thomas R. [1999 (1798)], *Ensaio sobre o princípio da população*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

MARX, Karl [1974 (1967)], *O Capital*, Lisboa: Delfos.

PARSONS, Talcott (1967), "Una revisión analítica de la teoría de la estratificación social" *in Ensayos de Teoría Sociológica*, Buenos Aires: Paidós.

PARSONS, Talcott [1988(1951)], *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.

ROUSSEAU, Jean Jacques [1995 (1755)], *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens.* Mem Martins: Publicações Europa-América.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), "O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português" *in* B. S. Santos (org) *Portugal, um retrato singular*, Porto: Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense, Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, Londres, Nova Iorque: Routledge & Kegan Paul

SANTOS, Boaventura de Sousa (1995a), "Construção multicultural da igualdade e da diferença" *in VII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.

SILVA, Manuela *et al* (1989), *Pobreza urbana em Portugal*, Lisboa: Caritas

SIMMEL, Georg (1987), "A metrópole e a vida mental" *in* O. G. Velho (org), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara.

SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: passado e presente na vida de uma freguesia da Beira*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

STOER, Stephen e CORTEZÃO, Luísa (1999), *Levantando a Pedra. Da Pedagogia Inter/Multicultural às Políticas Educativas numa época de transnacionalização*, Porto: Afrontamento.

STROEBEL, Pierre (1996) "De la pauvreté à l'exclusion social: societé salarial ou societé des droits de l'homme" *in Revue Internationale des Sciences Sociales*, 148, UNESCO.

WEBER, Max [1978(1920)] *Economy and Society*, editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press

XIBERRAS, Martine (1993), *As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa: Instituto Piaget.

Título: CONFIGURAÇÕES 1 2005

Director: Manuel Carlos Silva

Directora-adjunta: Helena Machado

Conselho Consultivo: Nunes de Almeida (ICS, Univ. Lisboa), João Ferreira de Almeida (CIES, ISCTE), Veit Bader (Univ. Amesterdão), Maria Ioannis Baganha (FE-Univ. Coimbra), Luís Baptista (FCSH,Univ. Nova de Lisboa), Daniel Bertaux (CNRS, Paris), Manuel Villaverde Cabral (ICS, Univ. Lisboa), António Colomer (Univ. Politécnica de Valência), François Dubet (Univ. Bordeaux), Elísio Estanque (FE-Univ. Coimbra), José Carvalho Ferreira (ISEG, Univ. Técnica de Lisboa), Ilona Kovacs (ISEG, Univ. Técnica de Lisboa), Renato Lessa (IUPERJ, Universidade Fluminense), João Teixeira Lopes (FL-Universidade do Porto), Claude-Michel Loriaux (Univ. Católica de Louvaina), John Low (Univ. Lancaster), Michel Maffesoli (Univ. Paris V, Sorbonne), Ramón Maiz (Univ. Santiago de Compostela), António Lucas Marín (Univ. Complutense), Hermínio Martins (Oxford College/ICS-Univ Lisboa), Raymond Massé (Univ. Laval), José Bragança de Miranda (FCSH, Univ. Nova Lisboa), João Arriscado Nunes (Univ. Coimbra), José Madureira Pinto (FE-Univ. Porto), Manuela Ribeiro (DES-Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro), Carlos Alberto da Silva (Univ. Évora), François Singly (Univ. René Descartes-Sorbonne), José Manuel Sobral (ICS-Univ. Lisboa), James Taylor (Univ. Montreal), Beatriz da Rocha Trindade (Universidade Aberta), José Carlos Venâncio (Univ. Beira Interior), Loic Wacquant (Universidade Califórnia, Berkeley).

Conselho Científico: Emília Rodrigues Araújo, António Joaquim Costa, Manuel da Silva e Costa, Ivo Domingues, Albertino Gonçalves, Maria Engrácia Leandro, Helena Machado, Ana Paula Marques, José Neves, Jean Martin Rabot, Manuel Carlos Silva, Carlos Veloso da Veiga, Fernando Bessa Ribeiro (UTAD), Manuela Ribeiro (UTAD), Sheila Khan (Univ. Manchester).

Conselho de Redacção: Ana Brandão, Ana Duarte, José Manuel Machado, Maria Paula Mascarenhas, Alice Matos, Teresa Mora, Rita Ribeiro, Maria Eugénia Rodrigues, Victor Rodrigues.

Secretariado: Sofia Oliveira (sofiaoliveira@ics.uminho.pt)

Propriedade: Núcleo de Estudos em Sociologia (NES), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

Normas para apresentação e avaliação de artigos:
Apresentação de originais: os textos propostos para publicação deverão respeitar normas transcritas na parte final da revista.
Avaliação de artigos: os artigos propostos serão submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas, em regime de anonimato. A listagem de avaliadores será publicada cumulativamente cada dois anos. A decisão final é do(s) coordenador(es) de cada número e, em última instância, da Direcção do NES.
Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês.
Correspondência (incluindo assinaturas): Revista *Configurações*, c/o Drª Sofia Oliveira, Núcleo de Estudos em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710 Braga.

Coordenador: Manuel Carlos Silva (com colaboração de Helena Machado, Joel Felizes e Ana Paula Marques).

Apoios: A edição deste número foi apoiadapela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Edição: *Configurações* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo N.E.S. – Núcleo de Estudos em Sociologia, Universidade do Minho, 4710-057 Braga, em colaboração com Campo das Letras Editores, S.A., Rua D. Manuel II, 33 5º - 4150-345 Porto. Telef. 22 60 80 870 / Fax. 22 60 80 880 / E-mail: campo.letras@mail.telepac.pt / site: www.campo-letras.pt

Assinatura Anual: Portugal, países de expressão portuguesa e Espanha: 20 euros. Outros países: 25 euros.
Preço deste número: 12 euros.

Capa: Furtacores Design
Fotografia da capa: Abigail Ascenso

Tiragem: 1000 exemplares

Redacção e Administração: NES - Núcleo de Estudos em Sociologia, Universidade do Minho, 4710-057 Braga - Portugal. Tels. 253 604212 / 253 604280. Faxes 253 678850 - 253 676966.

Impressão: Tipografia do Carvalhido - Porto

ISSN: 1646-5075

Depósito Legal nº: 246289/06

Solicita-se permuta. Exchange wanted. On prie l'échange. Sollicitamo scambio.

Esta revista prossegue a série de Sociologia (6 números) de *Sociedade e Cultura* da revista *Cadernos do Noroeste.*